



Acordo para o Desenvolvimento Sustentável

Compromisso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e de 71 Organizações da Sociedade Civil Brasileira

Estratégia de Desenvolvimento Sustentável – Rio+20

1. Articulação Nacional:

▪ Previsão de três momentos:

- Acordo para o Desenvolvimento Sustentável e a Rio+20: construção de um documento, em conjunto com 72 instituições, encaminhado à Comissão Nacional para a Rio+20 no dia 06/10/2011;
- Eventos para a Disseminação do Acordo: promover colóquios e reuniões com o objetivo de ampliar e aprofundar o debate, envolvendo outras instituições;
- Pós-Conferência: construção de rede social que aprofunde os consensos e promova a divisão das responsabilidades no monitoramento dos resultados.

Construção do Acordo

- Organização do trabalho coletivo:
 - Equipe Técnica: formada por 21 pessoas de diferentes instituições.
 - Oficinas de Diálogo Social Interatores:
 - São Paulo no dia 30/08 e
 - Brasília no dia 22/09.
 - Comissão de Redação do Acordo: formada pelos coordenadores dos 5 grupos de trabalho da Oficina do dia 22/09.

O Acordo para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20

Construído coletivamente, tem como marco o respeito às diferentes concepções das instituições signatárias e o compromisso de ultrapassar a realização da Conferência Rio+20.



Objetivos da Rio+20

- Firmar um compromisso político irreversível com o desenvolvimento sustentável traduzido em:
 - Agendas Nacionais de Desenvolvimento que a partir de diretrizes pactuadas na sociedade apontem estratégias de desenvolvimento sustentável e definam metas e indicadores para mensurar o processo.
 - Uma governança multilateral e participativa que respeite o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas.

O roteiro para a transição: Agendas Nacionais de Desenvolvimento

- Princípios/pilares da sustentabilidade:
 - As questões ambientais, sociais e econômicas estão articuladas e as dimensões política, ética, cultural e jurídica são fundamentais para o desenvolvimento.
 - A equidade entre pessoas (raças, etnias, gênero e gerações), entre regiões e entre países e as liberdades fundamentais para todos são elementos transversais de políticas e ações.

O roteiro para a transição: Agendas Nacionais de Desenvolvimento

Diretrizes:

1. Fortalecer o papel dos Estados Nacionais como indutores do desenvolvimento sustentável, restaurando a capacidade de planejamento, o manejo da política econômica e os sistemas de proteção social e ambiental.
2. Promover o trabalho decente: transição justa requer políticas ativas de mercado de trabalho, proteção social e garantia de educação profissional.
3. Incentivar a transição para uma economia de baixo carbono por meio de financiamento, sistema de crédito e fiscal, ambiente regulatório favorável e compras públicas baseadas em critérios de sustentabilidade.

O roteiro para a transição: Agendas Nacionais de Desenvolvimento

Diretrizes:

4. Promover o desenvolvimento local, o empreendedorismo, o cooperativismo, a economia solidária e o extrativismo sustentável.
5. Preservar, recuperar e conservar os recursos naturais. Reduzir o desmatamento. Prever incentivos e retribuições aos serviços ambientais.
6. Reduzir as desigualdades sociais, erradicar a fome e a pobreza. Promover políticas de segurança alimentar e nutricional.
7. Implementar a justiça fiscal.
8. Incentivar a agricultura sustentável por meio do acesso ao crédito e a tecnologias sustentáveis desde a produção até a comercialização.

O roteiro para a transição: estratégias para a sustentabilidade

São elementos fundamentais da estratégia:

1. Um novo modelo de produção, consumo e distribuição – participação social nos processos decisórios, ancorado nos princípios de equidade, baixo impacto ecológico e na recuperação da economia para a sua função social.
2. Cidades e campo sustentáveis: como espaços privilegiados para construção de cultura e tecnologias sociais para a sustentabilidade.
3. A educação como eixo prioritário e estruturante do desenvolvimento, da criatividade, da inovação, da produção e da cultura para um novo padrão de convivência na sociedade e de interação com o meio ambiente.

O roteiro para a transição: estratégias para a sustentabilidade

4. Participação e controle social como fator fundamental para a qualidade e viabilidade dos processos de desenvolvimento sustentável.
5. Cooperação para o desenvolvimento sustentável: os desafios são comuns e os países devem compartilhar soluções e promover a cooperação entre governos e sociedades.
6. Novos indicadores de desenvolvimento: avançar em indicadores que integrem desempenho econômico, bem-estar social e qualidade ambiental.

Governança multilateral e participativa

- Acordar a arquitetura institucional multilateral capaz de coordenar e conferir sinergia às Agendas Nacionais.
- Coordenar e monitorar os compromissos globais e o financiamento para o desenvolvimento sustentável.



Protagonismo do Brasil e dos emergentes

- O Brasil deve apresentar propostas ancoradas nas suas políticas econômica, social e ambiental, motivando os demais países a assumirem compromissos ousados e agendas propositivas.
- O protagonismo dos emergentes tem base nas alianças que foram capazes de construir até aqui e considera que a crise nos países desenvolvidos deve fragilizar o compromisso desses países com a sustentabilidade.

Muito Obrigado!

Clóvis Scherer

Supervisor do Escritório do DIEESE no Distrito Federal

Equipe Técnica da Articulação do
Acordo para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20
CDES

Para outras informações, visite o site: www.cdes.gov.br